

Lingüística textual: para novas margens?¹

Robert de Beaugrande
Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG
Tradutor: Hans Peter Wieser²
Universidade Estadual do Ceará³

Abstract

In retrospect, perhaps the deepest issue in the evolution of text linguistics was whether the concept of the 'text' would be adapted and restricted to fit the conventional linguistics of the sentence, or whether it would lead to a novel conception of linguistics itself. The second alternative has evidently won out through the establishment of the text as a communicative event rather than merely a linguistic unit. A fundamental shift of perspective has ensued from formalism toward functionalism, raising the prospect of redesignating the field as a 'text science' that restores language and text to the broader contexts of communication both within science and about science.

Talvez, minhas opiniões sobre o desenvolvimento da lingüística textual, de certa maneira, não estejam muito divulgadas e se distingam dos juízos de outros autores.⁴ Quero mencionar, nesta ocasião, especialmente o livro de Wolfgang Heinemann,⁵ que ele escreveu em 1991 junto com Dieter Viehweger, infelizmente já falecido. Mas minha entrada na lingüística textual realizou-se numa perspectiva bem diferente, que não foi, primeiramente, direcionada para a lingüística, mas para a tradução, a teoria literária e a estética de recepção (BEAUGRANDE, 1978); nisso, a lingüística textual, simplesmente, me pareceu mais rendosa do que as diversas correntes da lingüística formal, como nós encontramos, por exemplo, no modelo inflexível de níveis da tradução de CATFORD (1965).

Numa perspectiva histórica, a confrontação entre lingüística textual e lingüística oracional, que se estendeu dos anos 60, 70 até os anos 80 (por exemplo PETÖFI, 1979), parece pouco satisfatória. Defendo, contudo, a opinião de que a lingüística textual, originalmente, se formou para tratar melhor de certos problemas que já tinham aparecido na chamada lingüística oracional. Apenas posteriormente, ela foi interpretada como um contraprojeto. Por isso, quero propor duas outras confrontações fundamentais como base adequada que permite a avaliação do valor da lingüística textual.

A primeira confrontação é bastante conhecida: trata-se da dicotomia lingüística descritiva vs lingüística gerativa. A primeira lingüística textual foi representada em ambas as correntes; na lingüística descritiva, o texto foi interpretado como “a unidade que ocupa, na hierarquia do sistema lingüístico, o próximo grau superior à oração”, e para a lingüística gerativa, o texto representou “uma seqüência bem formada de orações bem formadas”. Estas duas

correntes, até então, tiveram pouco contato com o texto; cada uma por suas próprias razões: na lingüística descritiva, por exemplo, BLOOMFIELD (1933) definiu a oração explicitamente como “a maior unidade lingüística”; e, na gramática gerativa, a oração se tornou axiomática. A definição de uma língua como “conjunto infinito de orações” (CHOMSKY, 1957) fez com que a análise de unidades maiores parecesse infrutífera.

A segunda confrontação, que foi realçada muito menos, refere-se ao tratamento dos dados lingüísticos. As fases iniciais da lingüística foram impregnadas decisivamente pelo chamado *fieldwork*, ou seja, pela pesquisa de campo, que forneceu, a meu ver, os resultados mais importantes e duradouros de toda a lingüística moderna. Neste tipo de trabalho, o lingüista encontra-se na situação difícil, porém informativa, de ver-se inteiramente confrontado com a língua em uso. Deste modo, pode acontecer que mesmo os lingüistas que representaram uma teoria abstrata e formal da língua, como o próprio BLOOMFIELD (1933), viram-se forçados, na pesquisa de campo, a manter uma relação dialética entre teoria e prática. Além disso, o lingüista que faz pesquisa de campo sempre está obrigado a verificar suas hipóteses, ao descer da teoria “pura” e participar da prática comunicativa da comunidade. Caso suas hipóteses sejam erradas, ele logo encontrará confusão, incompreensão ou hilaridade. Desta maneira, os resultados da pesquisa de campo foram bastante verificados antes de serem comunicados a um público maior.

O outro método do tratamento dos dados lingüísticos não tem um nome oficial. Mas eu gostaria de propor o termo *homework linguistics* e de chamá-lo, por assim dizer, “lingüística de birô”. Como o nome já diz, estes lingüistas trabalham em casa (ou no escritório), numa distância da prática lingüística que eles mesmos pretendem definir. Desse modo, correm logo o perigo de subestimar a prática comunicativa ou até de passar por cima dela, especialmente, quando também assumem o papel do *ideal native speaker* e falante-ouvinte no sentido de CHOMSKY (1965). Nesse caso, a formação de uma teoria facilmente torna-se hipertrófica, o que já observamos, muitas vezes,

na lingüística formal. Acontece, então, que hipóteses puras são aceitas com pouca crítica e sem serem verificadas, suficientemente, na prática.

Do ponto de vista histórico, tal lingüística representa um desligamento programático entre a teoria e a prática (BEAUGRANDE, 1996a). A lingüística saussureana já forneceu o ideal deste procedimento ao separar, rigidamente, a *langue* e a *parole*, ou o sistema da língua e o da fala, a fim de poder descrever a língua como sistema abstrato e sincrônico, fora do tempo e da história (BEAUGRANDE, no prelo b).

A fenda fundamental que se abriu, em seguida, entre a teoria e a prática criou, nas décadas seguintes, muitos problemas comprometedores. A idéia de poder descrever, de fato, esta língua abstrata foi *apenas presumida*. Nesse tempo, não existiam provas convincentes de que este sistema existia *em qualquer forma empiricamente verificável*. Por isso, a lingüística saussuriana, querendo ou não, se encarregou da tarefa de construir a *langue* através dos seus próprios esforços puramente teóricos.

O conceito de língua, como um sistema de unidades distintivas, que são sistematicamente classificadas conforme a respectiva oposição mútua, deu bons resultados na fonologia. Nesta área, a lingüística conseguiu descobrir um sistema abstrato em que as unidades teóricas da fala, os ‘fonemas’, correspondem, comprovadamente, às unidades práticas dos sons lingüísticos. Desse modo, a relação entre teoria e prática, por enquanto, foi equilibrada satisfatoriamente.

No entanto, os fonemas representaram unidades lingüísticas atípicas, porque foi extremamente fácil consolidá-los na teoria, assim como na prática, nomeadamente, por serem definidos através da participação do aparelho fonador e das ocorrências articulatorias. Já na morfologia, o sucesso foi notavelmente mais modesto. A unidade teórica *morfema* defrontou com uma maioria de unidades práticas, por exemplo, prefixo, sufixo, desinência, raiz e palavra; e os morfemas, no sentido de “as menores unidades significativas da língua”, são, ao contrário dos fonemas, muito numerosos. Desse

modo, chegou-se ao acordo de que a morfologia não precisa abranger todo o léxico; e as unidades teóricas, chamadas “morfemas”, quando possível, foram reunidas em pequenos grupos ou categorias fechadas. O léxico inteiro foi entregue à chamada lexicologia, uma área da língua que é pouquíssimo representada nos programas lingüísticos (BOLINGER, 1970), porque dificilmente se deixa analisar com os métodos costumeiros da lingüística.

Na sintaxe, a situação foi essencialmente diferente porque, neste caso, não foi possível compreender inequivocamente quais unidades teóricas deveriam receber os papéis principais, e as unidades práticas mostraram uma diversidade desconcertante. Desse modo, aconteceu, muitas vezes, que unidades como frase, oração subordinada, oração principal e oração absoluta foram tratadas alternadamente como unidades teóricas e práticas, o que pôde criar sérias confusões. Na fonologia e na morfologia, foi, de princípio, possível aperfeiçoar a análise ao isolar as menores unidades sistemáticas pela segmentação. Na sintaxe, ao contrário disso, foi impossível compreender como a análise deveria se efetuar e quando ela poderia ser considerada como concluída.

A relação entre unidades teóricas e práticas se complica demais pelo fato de que a sintaxe por si mesma, pela observação dos dados, pode identificar apenas os padrões de como as diferentes unidades são agrupadas na seqüência linear; mas a motivação dessa ordenação linear e os princípios da linearidade não são observáveis. Desse modo, não foi de surpreender que a lingüística encontrou a solução ao postular uma área de estruturas básicas (*underlying structures*) que, justamente, deveria tornar a motivação dessa ordenação linear explicável e distinguível. Nessa fase, ainda, não foi claro que é possível estabelecer uma multiplicidade de diferentes sistemas formais, que sempre abrangem *algumas* ordenações lineares, enquanto não existe um único sistema formal que consiga abranger *todas* as ordenações lineares que são “bem formadas” e excluir *todas* as não-aceitáveis. Além disso, tornou-se cada vez mais provável que é possível encontrar um enorme conjunto de critérios e características,

“puramente formais”, que variam conforme as unidades teóricas e práticas que foram postuladas e conforme as regras que deveriam estabelecer as relações mútuas entre elas.

Os Senhores lembrar-se-ão, nesta altura, de uma outra famosa dicotomia: *estrutura superficial e estrutura profunda*. A meu ver, não foi possível chegar a um acordo sobre a verdadeira natureza da estrutura profunda e sobre a questão como ela deveria ser ligada com a estrutura superficial de uma maneira compreensível ou conseqüente.

A fonologia e a morfologia levaram a lingüística prematuramente a uma interpretação da língua (*langue*) como um sistema determinístico. Desde então, a lingüística moderna sempre procurou as restrições (*constraints*) que determinam tal sistema. Estas, por sua vez, conforme o ideal da fonologia e da morfologia, deveriam ser “puramente lingüísticas”. Na fonologia, as restrições são dadas claramente através do potencial de diferenciação dos fonemas e da sua definição articulatória. Na morfologia, os grupos de morfemas que podiam ser mais bem delimitados também foram classificados da melhor maneira e os grandes grupos abertos, por exemplo, as raízes dos substantivos e verbos, foram relegados à lexicologia. Mas na sintaxe, a procura persistente para restrições “puramente lingüísticas” tornou-se uma fatalidade. Por isso, parece que a briga pela natureza e o potencial das restrições, nesta área, por princípio, é interminável. As diferentes teorias lingüísticas inventam aparelhos gigantescos de restrições hipotéticas, enquanto as restrições práticas da comunicação real são negligenciadas por causa da suposição (provavelmente certa) de não serem todas “puramente lingüísticas”. Por isso, elas também não são “puramente sintáticas”, pelo menos não no sentido como o termo *sintático* é oficialmente interpretado na lingüística formal. Por este ponto de vista, as reivindicações de uma *teoria sintática* foram, simplesmente, irrealizáveis, porque essa sintaxe não é capaz de manter-se em pé por si mesma: as restrições necessárias para explicar a construção da frase não podem ser fornecidas pela sintaxe como um isolado nível formal. A sintaxe tem que ser interpretada como uma interação de vários níveis, como na lingüística funcional e especialmente na Escola de Praga (BEAUGRANDE, 1994).

A lingüística formal procurou outra saída: dedicou-se à semântica que, até então, foi vista, de preferência, como uma parte da filosofia e concedeu-lhe um componente oficial. Ironicamente, este passo foi realizado com uma ressalva improdutiva: a semântica deveria manter, integralmente, a habitual formalidade da sintaxe. Enquanto, desde a Antigüidade, se admitiu que o significado e a forma se opõem diametralmente, afirmou-se agora que o significado deveria ser considerado *como* uma forma. Esta tarefa paradoxal pode explicar, em parte, por que a semântica, na “teoria estandardizada”, foi excluída do processo de ordenação e empurrada ao papel passivo de “componente interpretativa”, como uma operação formal que se realiza em frases já ordenadas conforme as “regras” e os “traços” formais.

Um pouco mais tarde, a pragmática (*mutatis mutandis*) encontrou o mesmo destino ao ser admitida na lingüística oficial sob a condição da “formalidade”. Desse modo, nasceu uma ampla galeria de “regras” formais que deveriam acompanhar a “interpretação pragmática”. Além disso, introduziram-se “atos de fala” como unidades ideais cuja relação com as unidades práticas da comunicação ficou inexplicada (SCHLEGLOFF, 1992).

A abertura da lingüística em respeito à semântica e à pragmática aconteceu, mais ou menos, na mesma época como o primeiro movimento em direção à “lingüística textual”; e eu suponho (pois não participei dele e, conseqüentemente, não sou um “guerrilheiro da primeira hora”) que os esforços principais dessa ação, mais uma vez, aspiraram ao descobrimento de outras “restrições” dentro das seqüências frasais. Nessa fase, geralmente, pressupõe-se que a lingüística textual – muitas vezes equiparada com a “gramática de texto” – tem que justificar-se ao provar o efeito de restrições formais que se encontram *apenas* no âmbito das seqüências frasais e *não* dentro de uma frase individual. Essa tarefa esquivada, provavelmente, deveria estorvar a lingüística textual com a mesma ressalva da “formalidade” que já foi imposta à semântica e à pragmática. Em vez disso, as verdadeiras restrições essenciais da “textualidade”, no sentido mais amplo, foram postas de lado.

A maioria dos primeiros lingüistas textuais, dificilmente, supusera como o trabalho com textos mudaria a paisagem teórica e prática da lingüística. O primeiro que compreendeu isto, provavelmente, foi Peter Hartmann. Não é por acaso que Hartmann não foi um lingüista no sentido restrito, mas um cientista com uma educação muito larga, que começou num lugar cujo nome se tornou bastante significativo para ele: a Universidade de Humboldt em Berlim. Desse modo, ele não abrangeu, nas suas observações fundamentais, apenas as mais diversas correntes da lingüística, mas também a filosofia da linguagem da Antigüidade, da Idade Média e da Modernidade, assim como os inícios da teoria do signo, a própria semiótica e a poética. No seu estudo sobre *sintaxe e significado* (1964), título sob o qual a maioria dos lingüistas esperaria um estudo bastante mais estreito, ele tratou até da teoria das combinações em matemática, geometria, música e pintura.

Talvez, eu devesse mencionar, nesta ocasião, que foi Hartmann que me fez compreender a problemática mais profunda de uma ciência da linguagem, nomeadamente através dos seus dois livros: *A teoria da gramática*⁶ (HARTMANN, 1963a) e *A teoria da lingüística*⁷ (HARTMANN, 1963b); e que também o considero meu verdadeiro professor, mesmo conhecendo-o apenas por encontros casuais.

Por isso, provavelmente, também não seja uma coincidência que os primeiros passos numa “lingüística textual” consciente de si mesma, muitas vezes, se realizaram, nos países de língua alemã, através de dissertações que foram orientadas por Hartmann. Eu me lembro, por exemplo, dos trabalhos de HARWEG (1968), SCHMIDT (1968), KOCH (1971) e WIENOLD (1971).

A meu ver, Hartmann não planejou desenvolver uma lingüística textual que continuasse apenas a lingüística tradicional ou a firmasse com algumas “restrições no âmbito das seqüências frasais”. Pelo contrário, ele aspirou a uma fundamentação semiótica, filosófica, fenomenológica e, também, lingüística do texto como unidade teórica e prática; e juntou, a fim disso, um complexo sistema teórico em que muitos aspectos de textos, que, até então, não tiveram um espaço próprio na lingüística descritiva ou gerativa, podiam ser embutidos.

Em geral, julgo que o posterior êxito retumbante da lingüística textual teve a sua razão de ser no fato de que ela colocou à disposição novas e diferentes classes de restrições. Desse modo, ela ofereceu uma conveniente oportunidade para substituir a fenda entre teoria e prática, que alcançou com a lingüística de birô (*homework linguistics*), nos moldes do gerativismo, um ponto culminante, por “uma verdadeira dialética entre sistema virtual e sistema atual” que eu vi, pela primeira vez, em HARTMANN (1963a).⁸

Esse passo, novamente, fez levantar muitos problemas fundamentais que a lingüística anterior, por causa da sua formação hipertrófica de teorias, desprezou ou rejeitou. A lingüística textual livrou a semântica e a pragmática da sua camisa-de-força formal-interpretativa e dispôs-se a incluir os resultados de diferentes correntes de pesquisa, como a perspectiva funcional da frase da Escola de Praga (por ex.: Danes, Firbas), a teoria soviética de ação (por ex.: Leon'tev, Lurija), a teoria britânica do sistema lingüístico (por ex.: Halliday e Hasan), a psicologia cognitiva (por ex.: Kintsch, Rumelhart) e a inteligência artificial (por ex.: Schank, Woods). A meu ver, Dressler e eu fomos os primeiros a tentar abranger esta situação amplamente dividida em compartimentos em nossa Introdução comum (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1981), que foi publicada, com o tempo, em inglês, alemão, japonês, italiano, árabe, coreano, esloveno, búlgaro e espanhol (nessa ordem).

Uma extensão semelhante encontramos, novamente, na introdução de HEINEMANN & VIEHWEGER (1991), mas com conseqüências um pouco diferentes. Com razão, os autores se referem a um considerável deficit teórico na lingüística textual e à necessidade de estabelecer “um fundamento para esta disciplina” (1991:275). Acabei de apresentar um fundamento potencial (BEAUGRANDE, 1996a), mas diferente daquele em que os autores pensaram. Refiro-me, especialmente, à opinião de que “a gramática é acessível e maleável em relativa independência dos outros sistemas cognitivos” (HEINEMANN & VIEHWEGER, 1991, p. 276). Considero esta idéia um resíduo improdutivo do pensamento formalista que mandou a lingüística

moderna à busca – em suma – infrutífera por restrições “puramente lingüísticas e formais” que os próprios lingüistas, em seguida, tiveram que inventar, arbitrariamente, na sua escrivantina. Por isso, as tentativas de estabelecer uma gramática formal de texto foram, na sua maioria, abandonadas; pense-se, por exemplo, no projeto ambicionado de pesquisa da Universidade de Constança, no início dos anos 70, o qual resultou tão insatisfatório que se prescindiu, totalmente, de um relatório final.

A meu ver, é preciso se colocar a gramática numa base tríplice, isto é, lingüística, cognitiva e social. Também é indispensável verificar – através de investigações empíricas num corpus de dados muito grande, como aquele do “banco de inglês” na Universidade de Birmingham – o grau de formalidade ou funcionalidade que nossa próxima geração de teorias deveria ter (BEAUGRANDE, 1994, 1996a, 1996b); nisso, estaria o meu lema: *tão funcional como possível e tão formal como necessário*. Tal gramática, conforme o modelo funcional de Halliday, também apresentei no meu novo livro sobre “os fundamentos” (BEAUGRANDE, 1996a).

Quando lançamos um olhar retrospectivo sobre o desenvolvimento da lingüística moderna, é bastante compreensível que ela tenha querido tornar-se uma ciência que pretendeu apenas investigar “a língua por si mesma”. Nos primeiros anos, ela temia, com razão, ser ocupada pelas ciências vizinhas, por exemplo, pela sociologia, psicologia, antropologia, filosofia ou filologia; e a aceitação entusiástica, porém incauta, da dicotomização saussuriana explica-se, da maneira mais simples, pelo desejo dos lingüistas de fazer-se respeitados numa ciência independente. Contudo, a meu ver, mostrou-se, gradativamente inequívoco, que uma lingüística que quer se delimitar apenas ao âmbito da “língua” e que reconhece apenas “as restrições puramente lingüísticas” cairá, em respeito às suas verdadeiras finalidades da descrição e explicação, mais cedo ou mais tarde, numa interdependência entre ganhos e perdas: quanto mais a lingüística separa a língua do conhecimento enciclopédico dos falantes e da sociedade em que eles vivem, tanto menos progressos

significativos e relevantes na descrição e explicação serão alcançados – mesmo na descrição e explicação de fatos “puramente lingüísticos”.

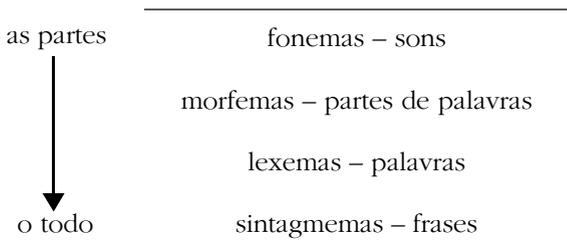
Este argumento, eu quero explicar através da questão: que tipo de unidade o texto representa e onde é seu lugar em relação às outras unidades lingüísticas? Como já foi dito, nos tempos da primeira fase da lingüística textual, a lingüística descritiva enfrentou apenas os problemas menores, ao introduzir “o texto” como mais uma unidade superior na ordem hierárquica; o que aconteceu, por exemplo, quando Klaus Heger incluiu-o como quarta unidade na edição nova do seu livro *Monema, palavra e frase*⁹ (HEGER, 1971), cujo título transformou-se, então, em *Monema, palavra, frase e texto*¹⁰ (HEGER, 1976). Todavia, já defendi várias vezes a opinião de que essa formação de uma teoria que quis fazer a língua compreensível como uma série de “níveis lingüísticos” (*levels*) foi e é muito mais problemática do que, geralmente, foi reconhecida até hoje (BEAUGRANDE, 1994).

Os níveis, freqüentemente, foram tratados independentemente um do outro – e, nos meados deste século, alguns lingüistas americanos exigiram a sua separação rígida, assim como a exclusão do significado. Ambas as exigências ficaram não-atendidas. Mas muitos lingüistas habituaram-se a acionar uma “caixa de marchas” mental, por exemplo, quando eles mudam do pensamento fonológico para o sintático, e, desse modo, a desviar-se da pergunta penosa de como todos esses níveis, durante a produção e recepção de textos autênticos, colaboram um com o outro.

O modelo formal, desde BLOOMFIELD (1933), como se mostra no quadro 1, classifica as unidades teóricas através de uma relação entre a parte e o todo. Por isso, conforme Bloomfield, afirma-se que os fonemas representam as partes do morfema, os morfemas, as partes dos lexemas e os lexemas, as partes dos sintagmemas. Estas unidades teóricas, além disso, encontram-se numa relação bastante compreensível com as unidades práticas que são mencionadas no lado direito: fonema \Leftrightarrow som, morfema \Leftrightarrow parte da palavra, lexema \Leftrightarrow palavra e sitagmema \Leftrightarrow frase. A questão pela colaboração entre os níveis parece simples: quando se procura, seleciona e processa um todo, as partes, automaticamente, também são incluídas. Mas isto,

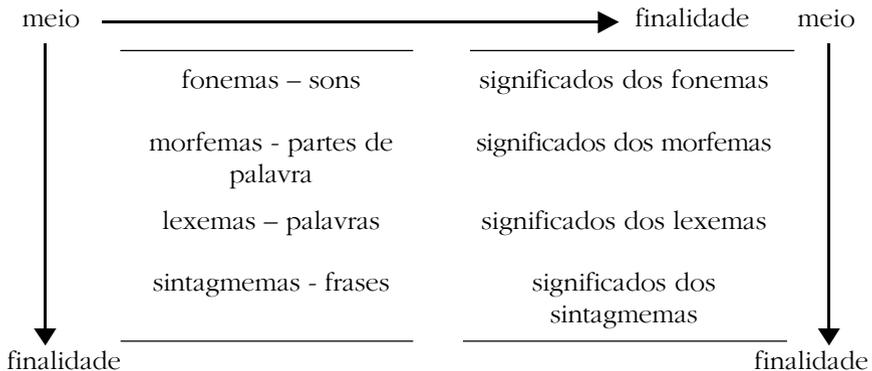
na prática, não pode funcionar porque as respectivas unidades são definidas cada uma por critérios totalmente diferentes.

QUADRO 1



Numa representação funcional do esquema de Bloomfield, como se mostra no quadro 2, a relação decisiva não se encontra mais entre a parte e o todo, mas entre o meio e a finalidade. As unidades, nos níveis em que elas, normalmente, não são obrigatoriamente menores, representam os meios; e as unidades, nos níveis em que elas, normalmente, não são obrigatoriamente maiores, representam a finalidade. Desse modo, afirma-se que os fonemas fornecem os meios para formar lexemas e os lexemas fornecem os meios para formar sintagmemas.

QUADRO 2

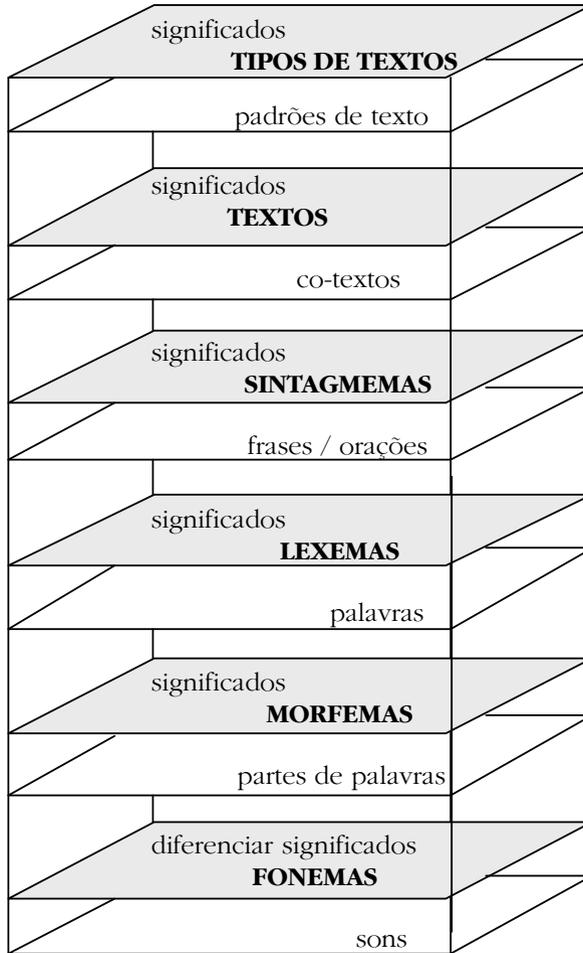


Nesse caso, é possível incluir o significado, explicitamente: todas as formas são, simultaneamente, o meio para a finalidade dos respectivos significados. Os significados, no lado direito, representam a finalidade, e as formas, no lado esquerdo, representam os meios, o que significa: os fonemas representam os meios para os significados dos fonemas, os morfemas representam os meios para o significado dos morfemas, os lexemas representam os meios para os significados dos lexemas e, finalmente, os sintagmemas representam os meios para os significados dos sintagmemas. No lado direito, temos mais uma relação entre meio e finalidade. As diferenças significativas entre os fonemas representam (entre outros) um meio para a finalidade de os morfemas terem significados; os significados dos morfemas representam um meio (entre outros) para a finalidade de os lexemas terem significado, e assim por diante.

No quadro 3, especificam-se os diferentes tratamentos dos significados operacionalmente. Os fonemas têm a função no sistema de *diferenciar* os significados através de sons. Os morfemas têm a função de *gramaticalizar* palavras através de partes de palavras. Os lexemas têm a função de *lexicalizar* significados através de palavras. Os sintagmemas têm a função de *linearizar* significados através de frases e orações. Os textos têm a função de *integrar* significados através de co-textos. Os tipos de textos, finalmente, têm a função de *esquematizar* significados através de padrões textuais. Nesse esquema, não se trata mais, primariamente, de unidades formais, mas de *modalidades funcionais de processamento* que passam, por uma escala evolucionária, entre significados mais “econômicos” e mais “ricos” (o que o quadro 3 também mostra).

Desse modo, podemos, agora, classificar o texto e até os tipos de textos, que não representaram unidades instauradas no esquema convencional dos níveis. Nosso esquema reflete os novos resultados de tais áreas, como a ciência cognitiva, a teoria da complexidade e a inteligência artificial, que mostram que os significados se produzem on-line e que eles são sujeitos a uma auto-organização e não simplesmente acessados como verbetes de um léxico; quanto aos

QUADRO 3



detalhes e às argumentações, tenho que referir-me, novamente, ao meu livro recém-publicado.

Certamente, a busca para os “fundamentos” me levou a tirar mais uma conclusão que HEINEMANN & VIEHWEGER (1991) rejeitam, explicitamente com a seguinte afirmação: “a lingüística textual não pode ser interpretada como uma ciência superior, nem como ciência de texto”;

“pelo contrário, a lingüística textual tem que se limitar à investigação de estruturas e formulações textuais, sempre no seu encaixamento em contextos comunicativos, sociológicos e psicológicos.”

Ao contrário disso, eu tenho a convicção de que o termo produtivo, agora, tem que ser “ciência de texto” em vez de “lingüística textual”. São demais as perguntas relevantes – também em respeito às estruturas e formulações textuais – que não são apenas “lingüísticas” no sentido comum deste termo. No futuro, os pesquisadores com formação na lingüística textual, por princípio, deverão compreender-se antes como peritos de texto e colaboradores numa ampla “ciência transdisciplinar” onde tais perguntas são analisadas e respondidas multidimensionalmente e onde a divisão de trabalho não é definida antecipadamente pelas idéias e delimitações convencionais sobre a questão do que é “lingüístico” ou não. Em vez disso, a partir daqui, o problema deverá ser decidido empiricamente: em que medida uma certa questão ou um fenômeno, em proporções objetivas, deve ser interpretado como lingüístico, cognitivo ou social.

Nas descrições e explicações dessa lingüística textual, sempre deverão aparecer três fatores relevantes, isto é, um ponto de vista lingüístico, um ponto de vista cognitivo e um ponto de vista social; e esses não se equipararão, necessariamente, com o ponto de vista tradicional das respectivas lingüística, psicologia e sociologia. Ao contrário, passarão por uma co-evolução enquanto a lingüística textual continuará a desenvolver-se, especialmente, pela dialética renovada entre a teoria e a prática. Desse modo, não nascerá apenas uma *interdisciplinaridade* articulada por diferentes disciplinas, mas uma *transdisciplinaridade* que, por princípio, desde os inícios, será conceituada por um ponto de vista integrado de diversas ciências.

Em novembro de 1994, com a participação de muitos cientistas e artistas, ocorreu o Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade em Portugal. Estive profundamente impressionado pela disposição dos homens que se juntaram num projeto verdadeiramente ecológico, em que as ciências e as artes, numa época difícil, lembraram-se das suas obrigações e possibilidades sociais.

Essas perspectivas me levam de volta para o título da minha apresentação, valendo-me das palavras de Fausto. As reflexões descritas aqui permitem a suposição de que a lingüística textual – *nolens volens* – partirá para novas margens, onde entraremos em paisagens para as quais ainda não temos os mapas exatos. Tanto mais importante será, neste empreendimento, se lembrar também das nossas origens e agradecer aos pioneiros como Wolfgang Heinemann.

NOTAS

¹ BEAUGRANDE, Robert de. Textlinguistik: zu neuen Ufern? In: ANTOS, Gerd; TIETZ, Heike. (Hrsg.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer (RGL 188), 1997. Pág. 1-12.

² O tradutor é professor de latim, sociolingüística e alemão da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e aluno do Curso de Mestrado em Lingüística Aplicada (CMLA) da mesma entidade.

³ Agradeço à Prof.^a Dr.^a Irlandé Costa Antunes por suas sugestões e pela correção minuciosa. (HPW).

⁴ Esta contribuição a uma conferência de LA foi produzida, primeiramente, como vídeo. Infelizmente, este não podia ser mostrado, porque desapareceu, de maneira inexplicável, no correio; todavia, o autor mantém uma cópia do vídeo à disposição dos interessados. Eu agradeço cordialmente à Sra. Andrea Heildborgh por ter feito uma transcrição do *soundtrack*, que serviu como base desta versão final. Meus agradecimentos também à Prof.^a Dr.^a Barbara Seidlhofer, por seus comentários e propostas exatos.

⁵ Faz quase dez anos, desde que eu tive, a primeira vez, a oportunidade de fazer conferências na Universidade de Karl Marx em Leipzig e conhecer, pessoalmente, Wolfgang Heinemann. Começou, então, uma série de discussões frutíferas que eu tive a oportunidade de continuar, durante um semestre inteiro, como professor visitante na cadeira de Karl Brugmann em Leipzig.

⁶ *Theorie der Grammatik*.

⁷ *Theorie der Sprachwissenschaft*.

⁸ Resumo em inglês em BEAUGRANDE (1991).

⁹ *Monem, Wort und Satz* (1971).

¹⁰ *Monem, Wort, Satz und Text* (1976).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUGRANDE, Robert de. *Factors in a theory of poetic translating*. Assen: van Gorcum, and Amsterdam: Rodopi, 1978.

_____. *Linguistic theory. The discourse of fundamental works*. London: Longman, 1991.

_____. Function and form in language theory and research. The Tide is Turning. In: *Functions of Language*, 1/2, 1994, 163-200.

_____. *New foundations for a science of text and discourse*. Norwood: Ablex, 1996a. A publicar. (O texto em questão foi publicado em 1992 pela Ablex Publishing Company.)

_____. The 'Pragmatics' of doing Language Science. The 'Warrant' for large-corpus linguistics. In: *Journal of Pragmatics*, 25, 1996b, 503-535.

_____. Theory and Practice in Applied Linguistics. Disconnection, conflict, or dialectic? In: *Applied Linguistics*. No prelo a.

_____. On History and Historicity in Modern Linguistics. Formalism versus Functionalism revisited. In: *Functions of Language*. No prelo b.

BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1981.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Holt, 1933.

BOLINGER, Dwight. Getting the Words in. *American Speech*, 45, 78-84, 1970.

CARTER, Ronald (Ed.). *Knowledge about language and the curriculum. The Linc Reader*. London: Hoffer and Sloughton, 1990.

CATFORD, John Cunnison. *A linguistic theory of translation*. Oxford: University Press, 1965.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957.

_____. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

HARTMANN, Peter. *Theorie der Grammatik*. The Hague: Mouton, 1963a.

_____. *Theorie der Sprachwissenschaft*. Assen: van Gorcum, 1963b.

_____. *Syntax und Bedeutung*. Assen: van Gorcum, 1964.

HARWEG Roland. *Pronomina und Textkonstitution*. München: Fink, 1968.

HEGER, Klaus. *Monem, Wort und Satz*. Tübingen: Niemeyer, 1971.

_____. *Monem, Wort, Satz und Text*. Tübingen: Niemeyer, 1976.

HEINEMANN, Wolfgang, VIEHWEGER, Dieter. *Textlinguistik. Eine Einführung*. Tübingen: Niemeyer, 1991.

KOCH, Walter. *Taxologie des Englischen*. München: Fink, 1971.

PETÖFI, János S. (Hrsg.). *Text vs. sentence. Basic questions of text linguistics*. Hamburg: Buske, 1979.

SCHEGLOFF, Emmanuel. *To Searle on conversation. A note in return*. In: PARRET, Herrmann, VIEHWEGER, Jef. (Ed.). *On Searle on conversation*. Amsterdam: Benjamins, 113-128, 1992.

SCHMIDT, Siegfried J. *Bedeutung und Begriff*. Braunschweig: Vieweg, 1968.

WIENOLD, Götz. *Formulierungstheorie*. Frankfurt/M.: Athenäum, 1972.